



Trabalho de Conclusão de Curso
Curso de Relações Internacionais
TCC em Formato de Artigo Científico Conforme Definido Pelo Regulamento de TCC
Projeto Pedagógico de Curso do Curso de Relações Internacionais em Cumprimento das DCNs do
Curso de Relações Internacionais (MEC/CNE)

Título do Trabalho: Definindo a Disciplina de Relações Internacionais

Nome do(a) Estudante: Bruno Mesquita Falcetti

Nome do(a) Orientador(a): Rodrigo Medina Zagni

Ano de Depósito: 2021

Resumo: Este trabalho tem como objetivo realizar uma leitura crítica a respeito da disciplinarização das Relações Internacionais. Buscará, para tanto, constituir essa disciplina num domínio de saber, enquadrá-la como produto de condições históricas específicas em que novas relações de poder se constituíam, e por fim, buscará constantemente dinamizar o debate através de uma outra perspectiva que consideramos resistente por excelência ao discurso que as Relações Internacionais procura reinserir. O artigo será dividido em quatro momentos-chave que contemplem essa linha de raciocínio: (I) um inventário para reconstituição desse domínio de saber; (II) a introdução da noção de *definhamento*, no *marxismo*, a fim de oferecer uma crítica contrastante e historicamente organizada à historicidade das Relações Internacionais; (III) um contexto em que essa crítica é conformada, que não difere daquele da afirmação das RI como verdade científica; (IV) um balanço sobre o *marxismo* enquanto TRI.

Palavras-chave: Relações Internacionais; Disciplina; Marxismo.

Abstract: This work aims to a critical reading regarding the disciplining of International Relations. Therefore, it will seek to constitute this discipline in a domain of knowledge, to frame it as a product of specific historical conditions in which new power relations were constituted, and finally, it will constantly seek to dynamize the debate through another perspective that we consider resistant par excellence to the discourse that International Relations seeks to reinsert. The article will be divided into four key moments that contemplate this line of reasoning: (I) an inventory to reconstitute this domain of knowledge; (II) the introduction of the notion of wasting, in Marxism, in order to offer a contrasting and historically organized critique of the historicity of International Relations; (III) a context in which this criticism is conformed, which does not differ from that of the affirmation of IR as a scientific truth; (IV) an assessment of *Marxism* as a IR theory.

Keywords: International Relations; Discipline; Marixsm.

INTRODUÇÃO

“Só existe um problema filosófico realmente sério: o suicídio. Julgar se a vida vale ou não vale a pena ser vivida é responder à pergunta fundamental da filosofia [...] Viver, naturalmente, nunca é fácil. Continuamos fazendo os gestos que a existência impõe por muitos motivos, o primeiro dos quais é o costume. Morrer por vontade própria supõe que se reconheceu, mesmo instintivamente, o caráter ridículo desse costume, a ausência de qualquer motivo profundo para viver, o caráter insensato da agitação cotidiana e a inutilidade do sofrimento.”

Albert Camus – O Mito de Sísifo

A disciplina de Relações Internacionais aparece na primeira metade do Século XX, tanto no sentido da autonomização do *saber* da *Teoria das Relações Internacionais* em relação à Ciência Política, como da sua institucionalização acadêmica, orientada a uma constante validação científica e de reafirmação metodológica. Desdobrou-se da formação dos primeiros departamentos universitários de RI, a princípio nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e na Europa, como também na via das incisivas reivindicações pelo estabelecimento das suas principais premissas, conformadas fundamentalmente no seu *primeiro debate*. Marcado por uma suposta dualidade entre *Realismo* e *Idealismo*, esse ato de inauguração pretendeu *organizar a casa* ao demarcar as fronteiras entre *utopia* e *ciência*.

Consideramos que o *primeiro debate*¹ colocou a disciplina de Relações Internacionais numa rota que não sofreu transformações substanciais até a década de 1960-70², e que a validação sobre o *grau de verdade* em RI deverá passar antes pela *fidelidade* à *História das*

¹ O *Primeiro Debate das Relações Internacionais* separou, supostamente, os *Idealistas* de um lado da balança. Não abdicavam aos paradigmas do *Estado*, ou à *Balança de Poder* como um todo, mas havia a premissa de que a guerra nunca seria efetivamente “boa para os negócios” (ANGELL, 2002, p. 7-9), desdobraria desse entendimento a possibilidade de empreender projetos para aprimorar a convivência entre os Estados, tendo a expressão mais institucionalizada na Liga das Nações (1916-1946). No outro lado da balança, havia o *Realismo*, que visava distinguir utopia do pensamento científico (CARR, 2001, p. 4-5). O *debate* esteve direcionado a conformar os pressupostos e avançar sobre as Relações Internacionais em nome, seja do *projeto liberal*, seja da *ciência*. A discussão envolveu, sobretudo, ponderar o que seria essa linha tênue entre utopia e realidade numa ciência política, no entanto, esteve eliminado como *sofisma* qualquer expressão do pensamento que poderia implicar um *Internacional* que abdicasse do *discurso do Estado*.

² Após os acontecimentos do Maio de 1968, o debate passa ganhar outros contornos na medida que as RI passam ser problematizadas por abordagens diversas como o *Construtivismo*, a *Teoria Crítica*, o *Pós-estruturalismo*, um *Neo-marxismo* (?), então a questão do *Estado* e da *historicidade* passa ser *negociada*. No entanto, acontecerá num contexto de múltiplos redimensionamentos sobre a *vida política ocidentalizada* e que escapam ao marco cronológico deste trabalho, porém, convém reter que esses *ingressos* serão o tempo todo mediados pela *nova escola Liberal* das RI, ou *Institucionalismo*, enquanto o *Neorealismo* passará apenas articular com o primeiro num movimento de trazer novas modalidades de vida política que, no entanto, corroborem ou coexistam em harmonia com o *discurso do Estado* e do *Equilíbrio de Poder*.

Relações Internacionais, que é sobretudo *performar* a *história* dos múltiplos *Equilíbrios de Poder* e, por fim, *do Estado*. Conforme Aron (1981, p. 14) apontou a respeito da sociologia:

As duas proposições são verdadeiras: o filósofo sempre recomeça, e, ao mesmo tempo, o filósofo continua uma tradição. Por isso, uns dizem que os filósofos divergem a respeito de todas as coisas, e outros afirmam que todos eles dizem a mesma coisa. Pode ser que essas duas proposições possam ser explicadas pelo fato de que a filosofia é a procura de uma verdade e a recusa da ciência positiva. Ela não sabe o que é, mas sabe muito bem o que não é: uma ciência particular. A sociologia talvez não saiba o que é, mas sabe o que pretende ser: uma ciência particular.

Assim, o *primeiro debate* duplamente consagrou um conjunto de limites epistemológicos e redimensionou *uma* ontologia performativa do *Estado* como racionalidade própria. Sua *historicidade* então estaria encaminhada no *contrato* pela *Razão de Estado*: na medida que os *homens* tivessem de *comum-acordo* a respeito do que implica seu *estado de natureza*, de *igualdade* entre todos para produzir em mim e no outro a *sombra da morte*, e diante dessa observação, acertassem *criar aquilo* que lhes garantisse *paz* – o inverso de morrer na *guerra de todos contra todos* –, isto é, algo que não sou eu e também não está em mim, mas ainda assim, eu e todos os demais num ato de pura concertação abdicamos das próprias inclinações à violência, e *nele* investimos incessantemente o desejo da *não-guerra*. Se então a *paz* está *entre nós*, resta-nos meditar sobre a *convivência* ou a *guerra* que se fará com o *senhor dos outros*. Assim, não haverá entre nós mais *história* a se fazer. O *Soberano* que *movimenta* toda *arquitetura* é constantemente convocado a responder em nome dessa *Razão*, que não é minha ou nossa, é *de Estado*.

De acordo com a literatura canônica, o nascimento das *relações internacionais* estaria localizado nas resoluções da Paz de Westfália (1648) entre as monarquias centralizadoras da Europa do Século XVII, visto que convencionava um *direito* à *Soberania territorial*, também formalizava a *diplomacia* e os *exércitos nacionais* como instrumentos empregáveis no exercício dessa figura política que emergia, o *Estado moderno*, e figurava noções de *guerra justa*. Ali é fundado todo um campo de fenômenos e de ação inerente a essa *nova existência*, e por consequência pela *soberania do outro*, ou seja, um *sistema baseado no equilíbrio de poder* entre *Estados*. Surgia ali, de acordo com o *Realismo*, uma expressão de *Sistema Internacional* vinculado ao surgimento do *Estado Moderno*. O *equilíbrio de poder* como *política*, cujas explanações vêm ser extraídas desde a *Guerra do Peloponeso* (404 a.c.), de Tucídides, até *O Príncipe* (1532), de Maquiavel, será apresentada como um pressuposto, sobre o qual toda ‘*evolução*’ da *história* pode ser reduzida.

Este trabalho terá um duplo objetivo. O primeiro será de abordar criticamente as *fronteiras* delimitadas na disciplina das RI especificamente no contexto do seu *primeiro debate*. Será feito com intenção de evidenciar não apenas como essas narrativas (*Realismo e Idealismo*) falam o mesmíssimo *idioma político*, mas que essa aparente dualidade, na verdade, tanto beneficia como integra uma mesma estratégia que se volta a reinserir permanentemente um *discurso do Estado*. Se for correto que *não há nada de natural* no que as RI procurou *disciplinar*, e as narrativas canônicas passarem exprimir menos distinções e mais semelhanças, o segundo objetivo será imediatamente complementar: de fazer emergir o *Marxismo*, de modo a dinamizar a discussão. Do ponto de vista deste trabalho, esse *saber* introduz uma noções que ajudam a pensar com relevo o *Internacional*, à parte da expressão unitária que as RI reivindicam e, portanto, só pode contribuir com o nosso objetivo. Para isso, vamos mobilizar a noção de Marx e Engels de *Definhamento*, através da discussão elaborada por Lênin n’*O Estado e a Revolução* (1917), onde seus desdobramentos implicariam numa *experiência internacional* que abre mão dessa forma-*Estado* e cujas condições históricas estiveram presentes no Século XIX, contexto mesmo, inclusive, sobre o qual as Relações Internacionais procurou *se disciplinar*.

Para o primeiro esforço, portanto, procuraremos nos aproximar e desnaturalizar a *linguagem política* sobre a qual as Relações Internacionais se desdobra, elaborando um *inventário* no qual possamos adicionar alguns dos *saberes* que antes tornaram possível uma *consciência* sobre as *relações internacionais*. Procuraremos pensar um marco que se estende dos século XV até o XVIII, que se organiza aquilo que chamaremos de ‘*um*’ *domínio de Internacional*, que será o *westfaliano*. Recorreremos brevemente, durante a composição do nosso inventário, ao projeto *arqueogeneaológico* oferecido por Foucault (2013 e 2008), e que consiste em verificar, de acordo com Soares (2016), a:

relação simbiótica saber-poder, permitindo-nos compreender o campo de produção dos saberes – como eles se interligam, se sustentam e produzem hierarquias discursivas – em concomitância com a ativação dos dispositivos de poder, ou seja, com as tecnologias políticas incorporadas no nosso dia a dia (p. 16).

Complementarmente, também vamos dialogar com duas noções importantes de Foucault. São elas a do *Dispositivo*³, que consiste em verificar, como veremos, os diversos *mecanismos institucionais, administrativos, estruturas de conhecimento* e de *práticas* que potencializam e

³ “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba *discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas*. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do *dispositivo*. O *dispositivo* é a rede que se pode tecer entre estes elementos” (Foucault, 2000, p. 244).

reinscrevem o exercício do poder político num corpo social. A outra trata-se dos Saberes⁴. Buscar pelos saberes corresponde em ver o que há por trás dos discursos, dos enunciados e intenções, ou seja, o produto direto das relações de poder e resistência num corpo social. Essa busca eventualmente também retorna as exclusões e silenciamentos operados no seio dos saberes. Portanto, estaremos também abdicando de uma noção institucional ou piramidal de poder, em benefício de uma visão relacional do poder, ou seja, o poder que é produto ele próprio das relações, assim, o poder não existe em si mesmo⁵.

A intenção nas discussões será sempre de revolver no seu próprio contexto, e com algum esforço crítico, o primeiro debate que disciplinou as Relações Internacionais tendo no horizonte a pretensão como verdade científica. Entenderemos isto não como um meio de validá-la ou negá-la em si, mas entender ela própria como uma estratégia política, uma expressão de poder. Nessa mesma medida, cabe neste trabalho reconhecer as próprias inclinações como um posicionamento politicamente orquestrado, meditado pelos nossos enunciados. Não pretendemos, com este movimento, qualquer tentativa de restituir às RI uma história mais verdadeira, ver o mundo através ou procurar uma significação mais apurada sobre os seus conceitos. Entendemos que o debate já persegue esses horizontes por si, num movimento que Foucault (2010) apontou como vontade de verdade, ou o logocentrismo de Derrida (2001), no mal de arquivo:

A perturbação do arquivo deriva de um mal de arquivo. Estamos com um mal de arquivo (*en mal d'archive*). Escutando o idioma francês e nele, o atributo de "*en mal de*", estar com *mal de arquivo*, pode significar outra coisa que não sofrer de um mal, de uma perturbação ou disso que o nome 'mal' poderia nomear. É arder de paixão. É não ter sossego, é incessantemente, interminavelmente procurar o arquivo onde ele se esconde. É correr atrás dele ali onde, mesmo se há bastante, alguma coisa nele se anarquiza. É dirigir-se a ele com um desejo compulsivo, repetitivo e nostálgico, um desejo irreprimível de retorno à origem, uma dor da pátria, uma saudade de casa, uma nostalgia do retorno ao lugar mais arcaico do começo absoluto (p.118)

Não conduziremos qualquer debate exaustivo sobre os seus autores ou ideias em particular, tampouco vamos trabalhar sobre uma noção de historicidade progressiva, das coisas como se transformam na progressão do tempo. Para isso, alinharemos este trabalho à proposta de Koselleck (2009) para uma temporalidade e uma historicidade que privilegie o estudo do movimento das ideias,

⁴ "O poder produz saber (...), não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder" (FOUCAULT, 2010, p.30)

⁵ Para Foucault (2013), não haveria "força que seria dada por inteiro a alguém e que este alguém exerceria isolada e totalmente sobre os outros; é uma máquina que circunscreve todo mundo, tanto aqueles que exercem o poder quanto aqueles sobre os quais o poder se exerce. [...] o lugar de cada um que é determinante, não sua natureza. [...] trata-se de um aparelho de desconfiança total e circulante, pois não existe ponto absoluto. (p. 330-334).

na medida em que elas permitam explicitar seu acento político; examinam-se as situações em que as ideias foram concebidas e sobre as quais repercutiram em seguida, mas somente na medida em que elas permitam destacar o sentido de que as ideias se investiram (p. 12).

Nosso tema será todo esse *domínio de saber* que chamaremos de *Internacional westfaliano*, no contexto do Estado Absolutista, onde cada projeto ou pensamento incorporado deverá ter esses acontecimentos no horizonte. Não é sinônimo que faremos do trabalho uma diversidade de citações, mas neste quadro, podemos admitir que quaisquer perspectivas que estejam inseridas na nossa chave de interesse são representativas, de modo que, se substituíssemos qualquer uma delas, obteríamos resultados semelhantes no contexto desta discussão. Para a proposta de dinamizar o debate, aceitamos o *marxismo* como uma perspectiva de *resistência* dentre outras opções a que poderíamos recorrer. Finalmente, nosso marco cronológico se estende desde o século XVII até o XIX, e apenas recorreremos a períodos anteriores ou posteriores sob necessidade de ponderar qualquer *valor* que seja necessário na nossa discussão.

Finalmente, para promover uma discussão organizada no contexto deste limitado artigo, procuraremos perseguir mais fielmente possível a seguinte estrutura: procuraremos desnaturalizar o *idioma político* da disciplina de Relações Internacionais constituindo-o num domínio de saber, de modo a fazer vir à superfície as *práticas* e *saberes* por onde ecoou e conformou as RI, não ela mesma como um dado próprio da *política*. Num segundo momento, apresentaremos a noção *marxista* de *Definhamento* como uma expressão que reposiciona criticamente a *Razão de Estado*, possibilitando um forte contraste à *história das relações internacionais* contada pelo *realismo*. Veremos, também a partir daquela noção, o que foram as condições históricas, no Século XIX, para uma crítica que encaminhava à superação dessa *racionalidade centralizadora* e poderia, portanto, relegar perda de sentido substancial às categorias desse *saber próprio* à disciplina das Relações Internacionais. Reservaremos o terceiro e quarto momento deste trabalho para organizar essas considerações.

1. O Internacional de Westfália como domínio do saber

A Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) e seus principais desdobramentos no Tratado de Westfália foi o conjunto de acontecimentos qual se consagrou na literatura das Relações Internacionais como marco fundante de um *Sistema Internacional*, caracterizado pelo *Equilíbrio de Poder* balanceado entre formas políticas do tipo *Estado-nação*. A leitura que as RI

tira desse acontecimento – a formação de uma *balança de poder entre Estados* –, termina por naturalizar uma multiplicidade de processos que conformaram na *ativação de múltiplos dispositivos*, fortemente relacionados com *saberes* que atribuíam *racionalidade* às formas políticas que surgiam. A disciplinarização das RI corresponde numa forma de logocentrismo que contribui duplamente, como procuraremos apontar, na violência contra formas outras da vida política e na reinserção permanente dos mecanismos e estratégias que perpetuam uma lógica de poder.

O término da Grande Guerra (1914-1918) conduziu a afirmação de uma das primeiras narrativas desta disciplina, o *Idealismo liberal “clássico”* das RI. O surgimento desse conjunto de enunciados resgatava dos Séculos XVIII e XIX elementos do pensamento cosmopolita e utilitarista, como os de Kant, Saint-Pierre, Bentham ou Norman Angell. Enfim, saberes que permitiam um horizonte de projetos orientados para “uma Paz” baseada na *burocratização* da política internacional, conformados sobre a premissa de uma divisão internacional do trabalho entre Estados que tenderia a reuni-los num entendimento comum (ANGELL, 2002, p. 130). Assim, esse *Sistema Internacional* estaria ordenado entre unidades concorrentes, relativamente poderosas política ou economicamente, mas dadas as múltiplas trocas – além das de ordem militar – e *dependências existentes* entre suas sociedades, poderiam vir explorar positivamente essas relações. A *Guerra*, ainda deste ponto de vista, é aceita como prática superável, porém desejável em defesa das suas próprias sociedades.

Às vésperas da Segunda Guerra (1939-1945), o diplomata britânico Edward Hawlett Carr apontou (ou pretendeu) para a conformação de uma “ciência das Relações Internacionais” marcada pela utopia superada do *Idealismo liberal*. As implicações geradas na Liga das Nações entre os nacionalismos derrotados no primeiro ato do Século e o anúncio de uma nova belicosidade serviu, *em nome do rigor científico*, o *Realismo*. O movimento operado nas RI insinuava restituir seus antepassados, origem, *desenvolvimento* e verdade histórica, e procurou nos tratados que puseram fim à Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). De acordo com Thiago Rodrigues (2013, p. 117-118) este *a priori*

[reforçaria uma] “divisão estanque entre um dentro do Estado tido como pacífico e um exterior ao Estado entendido como um vazio de autoridade no qual a guerra – entre Estados – seria uma possibilidade constante. As teorias de RI, recorrendo a esse mito e a leituras de autores como Tucídides, Thomas Hobbes e Nicolau Maquiavel, teriam visado, ao menos, dois objetivos: primeiro, justificar o Estado como instituição fundamental para proteger a vida e a propriedade (Walker, 1993); e, depois, manter um status quo de poder mundial no qual a forma-Estado seria inquestionável – e insuperável – e a sujeição aos Estados mais fortes não se questionaria (Ashley, 1986)”.

Ao definir os limites e os problemas tidos como próprios às Relações Internacionais, as duas abordagens investiram sobre uma série de representações *a respeito do Estado*, encarnado como sujeito-ator exclusivo desta modalidade política – na mesma medida que trouxe da história as disputas que foram eliminadas durante a complicada afirmação do *Estado Moderno* (RODRIGUES, 2013, p. 129-130). O saber das TRI procura equacionar as possibilidades acionadas na separação entre a existência de *um dentro e fora*, enquanto de um lado encerra toda história no reino pacificado da soberania, que se desigualava e submetia *agentes à ordem*, por outro lado imprime o local do *estranho*, condição que atrairia essas unidades-racionalidades tanto na direção de um dilema de segurança militar, como na rota da cooperação via diplomacia.

Segundo Carr (2001, p. 04), a Primeira Guerra do século XX teria escalado em tamanha destruição que inseriu uma nova realidade às pessoas e aos líderes políticos da época, resultando no fim da exclusividade da política internacional como questão própria de interesse do militar ou do diplomata profissional e passou a fazer parte do interesse geral. O *Idealismo liberal* é reconhecido aqui como fundante deste esforço, mas o resultado geral da *história* ou do *Sistema Internacional* balançado pela ânsia dos seus *agentes*, para o autor, impõe a necessidade de eliminar a utopia sob pretensão de observar empiricamente o pragmatismo da política internacional fundado no que é, antes de mais nada, um dilema permanente de segurança – a *anarquia entre os Estados*, face às suas *necessidades de crescimento e expansão* (SOARES, 2016, p. 83) –, novamente o saber da *Razão de Estado* que os arrastaria indefinidamente à proeminência do confronto.

O que Foucault (2008) chama de *dispositivos diplomático-militares* é formalizado nas resoluções dos Tratados de Westfalia (1648), na mesma medida era que reivindicada uma *Soberania* para governar sem ingerência o *seu território e suas coisas*. Diferente da noção oferecida pelas RI a respeito de um interior pacificado no *Estado*, aqui o *Soberano* está em exterioridade a todas essas coisas, portanto, serão alvo do seu poder. E para o bom governar *numa política internacional*, o soberano deve constituir meios eficazes para uma *paz interna* (SOARES, 2016, p. 108). Esse domínio de *Internacional* jamais poderia operar, portanto, sem a conformação dos *dispositivos de polícia*. É sobre *essa paz* que residiria a *razão do soberano* para operar esses dispositivos, e mediante um *saber de Estado*. O tratado era sintomático de um poder que reivindicava a necessidade de delimitar fronteiras, organizar *seu território e sua gente*, regular o comércio, enfim, perseguir ante os demais *um equilíbrio delicado* entre a *conservação da sua existência e o seu engrandecimento*. Foram projetos que se conformaram entre os Séculos XV e XVIII, sobre os quais basearemos nosso inventário sobre relações de

saber-poder que se constituíam, recebiam a *logos da verdade*, e cujos horizontes possíveis sempre apontavam na direção da *centralização política*. É nesse trabalho de reconstituir o *saber da Teoria das Relações Internacionais* nos ecos dos demais saberes que poderemos desnaturalizar táticas sistemáticas que permanentemente reinserem a lógica de poder do *Estado* nas Relações Internacionais através de uma série de figuras.

Essas disputas desdobraram das Reformas Protestantes e tomaram boa parte do continente no Século XVI, fragilizando o poder político da Igreja Católica como força *mágico-mítica*, bem como da sua forma imperial-territorial, o Sacro Império Romano-Germânico⁶, em detrimento das disputas em torno da pluralidade de identidades despóticas em formação:

“A partir de 1.600, a maioria das guerras assumem a natureza de lutas pela supremacia entre os poderosos déspotas das grandes nações. Mas a religião também foi um fator de algumas delas, bem como a cobiça das classes comerciais. Em geral, os motivos nacionalistas desempenharam menor papel do que nas guerras dos séculos XIX e XX. Povos e territórios não passavam de peças a ser movimentadas de um lado para outro no jogo do engrandecimento dinástico. A luta armada, no século XVII, girou em torno de um duelo titânico entre os Habsburgos e os Bourbons. [...] Desde o tempo de Carlos V (1.519-56) um ramo dos Habsburgos governava a Espanha, Milão e o Reino das Duas Sicílias. Conseqüentemente, no começo do século XVII, o mais sério obstáculo que se erguia contra o domínio da Europa por essa família era o reino da França, governado pelos Bourbons. A luta entre as duas dinastias era quase inevitável. [...] a Guerra dos Trinta Anos (1.618-48) pode ser encarada como a primeira fase dessa luta. A causa inicial da guerra foi a ambição dos Habsburgos, que desejavam utilizar-se dos triunfos da Reforma Católica como meio de ampliar o seu próprio poder na Europa Central.” (BURNS, 1953, Cap. 4 – *Guerra dos Déspotas*).

A Guerra terminou decidida por uma reunião de forças entre dinastias de inclinação protestante, sobretudo a Sueca, e a dinastia Bourbon, da França católica, em queda de braço contra o Império Habsburgo. Com a vitória conjunta sobre o tal Império, uma série de acordos foram costurados entre essas monarquias e ficaram conhecidos como Tratados de Westfalia (1648). A cisão desse alinhamento político da monarquia francesa, cristã, com o cristianismo via Sacro Império Romano-Germânico, foi demarcada na História das Relações Internacionais como o ato de aparecimento da *Razão de Estado*, performada na figura do Cardeal de Richelieu e do rei Luís XIV como *Estadistas* ao submeter o moral e o religioso à *política*, à sobrevivência e grandiosidade do *Estado* francês.

⁶ Procuraremos sempre ter como pano de fundo as experiências Francesa e Inglesa a fim de organizar as referências deste trabalho no espaço. Também é importante mencionar que o processo que culminou na Guerra dos Trinta Anos não avançou apenas sobre uma nova configuração da espacialidade. As múltiplas temporalidades do mundo feudal admitidas pelo tempo estático de Deus e da Igreja serão retorcidas por uma nova temporalidade que competia via ética protestante – a da predestinação. De acordo com Paulo Arantes (2013, 69) um avanço sobre o Tempo será outro dos empreendimentos da Razão de Estado.

Através das representações vinculadas nessas *personas*, a literatura canônica das Relações Internacionais formou suas premissas e articulou *Soberania* e *Razão de Estado* ao alinhar *Homem, Razão, Estado e História*⁷. Desse acontecimento que foi *Westfalia* derivaria uma nova disposição, ou um *equilíbrio de poderes* baseado não mais na *universalidade imperial* ou *espiritual*, mas da coexistência entre unidades em concorrência, os *Estados*, que vão procurar formas de expandir e sobreviver visando um equilíbrio que impeça justamente o império de uns sobre os outros (FOUCAULT, 2008, p. 348). De acordo com Soares (2016, p. 79), a Paz de Westfalia significou sobretudo o assujeitamento de outros projetos políticos existentes, opondo uma lógica de *desdobramento único da história* que consagrou o *Estado* como o caminho pela qual a “humanidade” de algum modo “se desenvolveu”:

O período westfaliano, produto do fim da Guerra dos Trinta Anos e do subsequente Tratado de Westfália (1648), é reconhecido por Foucault (2008) como o período que esfacelou os projetos de paz universalistas do Império (um Império Político único) e da Igreja (um Império da Salvação) e possibilitou a emergência do novo sistema moderno de Estados, sustentado pelo ideário de uma paz arquitetada mediante o equilíbrio entre as Nações (SENELLART, 2006, apud SOARES, 2016, p. 79).

Tentaremos constituir o que é esse *idioma político* que faz emergir saberes e práticas políticas, e que desdobra nesses Tratados como expressão de *um tipo de Internacional*. Rotularemos esse *domínio do internacional westfaliano*. Procuraremos observar como esse idioma está orientado a reafirmar a sua forma básica da *balança de poder*, que pertenceu a estratégias políticas históricas, de forma a escapar da *autoevidência* que a historicidade do *realismo* procura sugerir. Olharemos para a consagração dos *dispositivos diplomático-militares e de polícia* e sua relação com os *saberes* que os afirmavam e reinseriam na lógica política, dispositivos próprios do Absolutismo, como apontou Foucault (2008). De acordo com Soares (2016, p. 79), será por “esses dois grandes dispositivos de poder que se desdobrarão os outros dispositivos presentes no domínio da paz westfaliana”.

O primeiro item deste inventário é elementar para um *domínio do Internacional* marcado pela “espacialidade múltipla via pluralidade de Estados” (SOARES, 2016, p. 79). É ele uma *representação sobre o Estado*, via um *saber de Estado* ou da *Razão de Estado*. Textos como os de Jean Bodin (1576) ou Francis Bacon (1620), que consideramos representativos desse saber dentre um número diverso de expressões, inscreveram no *Estado* uma razão que é própria a si, que é voltada para a paz, ampliação, riqueza e felicidade do próprio. Espera-se *dele* um horizonte de permanência, que haja uma *arte de governar* na qual todos os meios e fins

⁷ Ver “Da universalidade ao equilíbrio: Richelieu, Guilherme de Orange e Pitt” (KISSINGER, H. Diplomacia, 2012, Cap. 3).

devem orientar à conservação e expansão do *Estado* em. O direito do *Soberano*, ou *Governo* sobre todas as *coisas do Estado* – *território, população, demografia* etc. – parte da necessidade inerente à razão de constituir seu *território* num ambiente pacificado, e que segundo Foucault (2008), requeria a articulação de *dispositivos de polícia*. Assim, *Estado* e *Governo* foram separados⁸ de modo a designar este último como práticas que vão negociar, mediar, reprimir ou compor com um outro fenômeno também resultante desta racionalidade: a *População*⁹.

As forças políticas da época já existiam anteriormente ao Estado, tais quais: leis, soberano, povo, riqueza, et cetera, contudo, a importância de se emergir tal racionalidade se faz, pois é a partir dela que tais forças serão pensadas de maneira conjunta, sendo a razão de Estado, portanto, “um princípio de inteligibilidade e princípio estratégico” para emoldurar o Estado (ELIAS, 1994; FOUCAULT, 2008, p. 385; SENELLART, 2006 apud SOARES, 2016, p. 81).

Os *dispositivos de polícia* estão orientados para produção social de um local pacificado através da ativação de diversas técnicas, mecanismos e saberes que visavam *normalizar* essa *População* – tendo na homogeneização um limite ideal. Um desses saberes foi o da *Estatística* redimensionada como técnica de *governo* do *Estado* durante os Séculos XVII e XVIII, onde o poder passou a acessar as pessoas na sua especificidade, entender a sua saúde, habitação, suas principais atividades e localidades, possibilitando a realização de intervenções neste meio (SOARES, p. 86). Outro movimento importante foram os processos de vernacularização das línguas engendrado com outros projetos nesta lógica de *nacionalismo* – voltado à glória do *Estado* – que visava produzir cidadãos nacionais¹⁰:

A nova governamentalidade que, no século XVII, tinha acreditado poder aplicar-se inteira num projeto exaustivo e unitário de polícia, vê-se agora numa situação tal que, de um lado, terá de se referir a um domínio de naturalidade, que é a economia. Terá de administrar populações. Terá também de organizar um sistema jurídico de respeito às liberdades. Terá enfim de se dotar de um instrumento de intervenção direto, mas negativo, que vai ser a polícia. Prática econômica, gestão da população, um direito público articulado no respeito à liberdade e às liberdades, uma polícia com função repressiva (FOUCAULT, 2008, p. 476).

Para Bourdieu (1996, p. 96-104), o *Estado* se constitui como ideia que reivindica o monopólio do uso legítimo da violência material e simbólica, que naturalizam sobre a *população* como verdade as visões socioculturais unificadoras de mundo:

⁸ Ver “Do cidadão e da diferença entre o cidadão, o súdito, o estrangeiro, a cidade, a citandade e a República” (BODIN, J. Seis Livros da República, 1583, L. 1, Cap. VI).

⁹ Dessa *População* virá a crítica que, no Século XVIII, expressos na literatura econômica dos *Fisiocratas*, orientará um redimensionamento nesses dispositivos.

¹⁰ Uma das experiências mais importantes no quadro da fabricação de subjetividades disciplinadas é a Francesa. Com reforma dos Liceus de Paris na França de Luís XIV, por exemplo, a ensinar a sua própria história, o respeito à bandeira e ao hino nacional, também era visível nas produções da geografia que representava o Reino da França e suas fronteiras demarcadas com clareza e relevo.

[...] apoiando-se em "expectativas coletivas", em crenças socialmente inculcadas. Como a teoria da magia, a teoria da violência simbólica apoia-se em uma teoria da crença ou, melhor, em uma teoria da produção da crença, do trabalho de socialização necessário para produzir agentes dotados de esquemas de percepção e de avaliação que lhes farão perceber as injunções inscritas em uma situação, ou em um discurso, e obedecê-las (BOURDIEU, 1996, p. 171).

Compomos então com uma proposta de Trouillot (2001, apud SOARES, 2016, p. 76) para pensar o *Estado* através do seu projeto ideológico por um lado – ou seja, o *Estado* na sua forma-ideia, dos diferentes modos que apontam para sua reafirmação constante –, para então reduzi-lo aos seus efeitos geradores de práticas, processos e dispositivos políticos, na sua institucionalidade, o *Estado* na sua forma-sistema. Esse *Estado* como categoria performativa, que ora produz legitimamente divisões do mundo social, também se constitui como processo histórico na medida das suas reificações institucionais, de repartições administrativas e mecanismos burocráticos. Esse *sistema* de institucionalidades se desdobra tanto sobre os *dispositivos de polícia*, como sobre o *Dispositivo Diplomático-Militar*.

Os *Saberes do Contratualismo*, representados aqui nos textos de Thomas Hobbes (1651), Jean Jacques Rousseau (1762) e John Locke (1689), importaram na legitimação ideológica do *Internacional de Westfalia* enquanto domínio, sobretudo ao apontar o *Estado* como necessidade face uma dada *natureza humana*. A operação intelectual do *Contratualismo* deu-se em dois sentidos: constituiu noções variadas sobre essa *natureza*, seja ela propensa à maldade, à bondade ou à neutralidade, e o *Estado* é convocado como uma *categoria de entendimento* pactuada e desejada entre as pessoas face às *inseguranças* provenientes de uma igualdade que prevalecia entre eles antes dessa forma política aparecer. Assim as pessoas teriam ultrapassado uma pré-história na direção de uma vida política ordenada – em torno da segurança da *vida* e da *propriedade*. Visto isso, a segunda implicação do *Contratualismo* foi converter o *Estado* em *Sujeito-ator* que projeta a desigualdade entre os homens e assim os assegura, então, pacificado no seu interior, deveria procurar agir estrategicamente entre outros *Estados* igualmente *racionais* e igualmente dispostos no seu *estado natural*. A luta de todos contra todos do *Contratualismo*, na literatura das Relações Internacionais, ganha uma dimensão *Internacional* por consequência. Encontramos neste saber os principais mitos de legitimação que compuseram com a *Razão de Estado* e com a *Teoria das Relações Internacionais* na articulação com os *dispositivos de poder*.

Aparecendo como eco na *Razão de Estado* e com o *Contratualismo*, o *Saber da Teoria das Relações Internacionais* conduz esse recorte e parte na direção de um *outside* do *Estado*. Podemos entender que essa visão tornou menos evidente a continuidade política entre essas

supostas dimensões que se opõem: o *doméstico e o estrangeiro*, até mesmo o *público e o privado*. Ao reafirmar contundentemente esse *espaço pacificado*, qual seria *reducionista* depreender esforços¹¹, promove uma orientação *temporal* do *Estado* – que independente do seu *status-quo*, deverá perseguir continuamente a pacificação do interior – que flerta com o aprimoramento dos *dispositivos de polícia*:

[... a] constituição da polícia na Europa pós-século XVI até meados do século XX – mormente entre França, Áustria, Alemanha e Suíça – [está relacionada] com a formação dos Estados-nação e do novo *modus operandi* internacional, que é o sistema de Westfalia. A diplomacia moderna, por exemplo, assentada nos novos tratados internacionais, dependia da polícia garantindo a ordem interna para ser exercida pelos diplomatas. Os tratados só eram assinados entre diplomatas se os representantes conseguissem garantir que havia ordem e segurança interna em seus próprios países (LIANG, 1992 apud SOARES, 2016, p. 122).

Portanto, em conjunto com o *Dispositivo de Polícia*, emergia naquele domínio de *Internacional* o duplo *Dispositivo Diplomático-Militar*, alvo do constante investimento por esses *saberes*. Com o fim da Guerra dos Trinta Anos, o encadeamento desses saberes também apontou para uma nova necessidade. De acordo com Walker (2013), a *política* dimensionada como *poder do Estado*, passaria ser capaz de subordinar todas as práticas, como a *guerra ou a moral*, aos *interesses* inerentes a essa racionalidade. De acordo com Rodrigues (2013, p. 129), foi na *Teoria das Relações Internacionais* que essa subordinação permitiu performar o *Estado* não na expressão dos seus dispositivos, mas como figura *unitária e racional* que estanca a *Política* entre *dentro e fora*:

Entre os realistas, talvez tenha sido Raymond Aron o que tenha mais claramente exposto a articulação entre os dispositivos diplomático e militar compondo um duplo na prática exterior aos Estados ao afirmar que se “o intercâmbio entre as nações é contínuo; a diplomacia e a guerra não passam de modalidades complementares desse diálogo” (1986, p. 91 apud RODRIGUES, p. 129)

Guerra e diplomacia ingressam como instrumentos do *Estado* para manutenção de um equilíbrio de *paz* inerente a esse *domínio*. Esse duplo *dispositivo de poder* é ativado em relação ao *saber* sobre a existência dessas *unidades*, que *elas* procuram constantemente conciliar a sua *sobrevivência e expansão* com as dos demais. A função ambígua de reunir informações de todo tipo, negociar questões comerciais e territoriais com outros *Estados* (*diplomacia*) e, complementarmente, encaminhar questões não-resolutas pela diplomacia através da incursão *militar* – seja para se lançar numa aliança com outros *Estados* diante da ameaça de uma *nação* beligerante, o *princípio da Guerra Justa*, seja para empreitar o próprio projeto de império – entra para o campo de práticas subordinadas à *Razão de Estado* do *soberano*.

¹¹ Ver “Teorias Sistêmicas e Reducionistas” (WALTZ, K. Teoria das Relações Internacionais, 2002, Cap. 4).

Durante a conformação desses dispositivos, Foucault (2002, apud RODRIGUES, 2013) apontou para o que chamou de uma *nova Economia das Armas*, onde processos de *desarmamento civil* encerraram formas e táticas descentralizadas de *exercício da violência* a partir da

redistribuição da capacidade militar que possibilitou aos monarcas superar as milícias feudais foi um movimento que implicou no resgate de princípios militares antigos – principalmente romanos – que alteraram as táticas militares enfatizando a infantaria em detrimento da cavalaria (base dos exércitos medievais). Essa infantaria, reformulada à imagem das legiões romanas, passou a ser constituída em sua maioria por camponeses convocados à força e treinados minimamente para o manejo dos novos mosquetes. Associada à infantaria, outra novidade tecnológica: a artilharia. Os exércitos passaram a ser grandes massas volumosas de homens, armados não apenas com armas brancas (espadas, lanças, piquetes), mas também com armas de fogo (p. 128).

Além disso, a dispendiosidade desse novo aparato conduziu à institucionalização de *dispositivos tributários e fiscais* que, ainda de acordo com o autor, capacitaria o *Estado* a “fiscalizar, regulamentar, cobrar, extrair força de trabalho”. Assim, a dimensão *militar* deste *dispositivo* não possui um fim na *guerra* como prática em si mesma porque tal dimensão constituiria em si

[...] recurso permanente voltado ao equilíbrio europeu, ou seja, um instrumento necessário, em primeiro lugar, para dissuadir Estados concorrentes a atacar e, somente depois, se houvesse oportunidade, ser utilizado para agredir outra unidade soberana em busca de territórios ou quaisquer outras vantagens [...] (RODRIGUES, 2013, p. 129).

Até agora nos esforçamos neste trabalho para constituir um inventário de toda uma linguagem política que contribuiu para conformar e reafirmar no tempo algumas categorias que desdobraram de projetos de poder centralizadores na Europa, entre os Séculos XV-XVIII. Na direção oposta do que a leitura das RI aponta como limite intransponível, essa *balança* pelo *equilíbrio de poder* está “situada como parte crucial da produção de uma nova razão governamental, própria à dinâmica histórico-política europeia do final da Idade Média” (FOUCAULT, 2008 apud RODRIGUES, 2013, p. 130) e promoveu a eliminação sistemática de formas políticas diversas às do *Estado*. A relação orgânica entre *saberes* que justificavam e autorizavam e *poderes* exercitavam permitiu a emergência de técnicas e estratégias políticas de *polícia* na conformação de um domínio específico do *Internacional*, e que disto seja verificável a própria relação que o *saber* das Relações Internacionais antes compõe com essa expressão de *poder*.

Esperamos reter, finalmente, como esse discurso visa a reafirmação do *Estado no tempo* e no *espaço*, e por conseguinte do estado de coisas que se conformaram para constituir a

realidade do mundo social desse *Internacional westfaliano*. Na medida que separa ontologicamente a política entre um “dentro” *pacificado* e um “fora” *da sobrevivência*, transcende e perpetua o *Estado* na *História* como possibilidade única da vida *política internacional*. As *TRIs* aparecem a princípio como *ecos* enquanto compõe esses *saberes* que apontam para o *Estado*, e só mais tarde vai transformá-los em premissas de uma disciplina ou de um conceito – literalmente – acabado, fechado. Por fim, na medida que opera todas essas limitações, imprime conceitos anacrônicos que transformam o *particular* em *universal* e reintroduzem o desejo dos *dispositivos históricos de poder* baseados no discurso do *Estado*.

2. *Definhamento, um Internacionalismo outro?*

Esse *idioma político*, sob circunstâncias específicas, não apenas foi afirmado politicamente na guerra, mas através dela que afirmou múltiplos dispositivos de poder e conformou um campo de verdade a respeito da sua existência ao compor com os saberes que ele próprio permitiu emergir. Figurou o *Estado* numa forma íntegra e homogênea de racionalidade orientada a si mesmo, que automaticamente constitui dilemas com seus análogos num *Sistema Internacional*, cujo caráter central seria um *equilíbrio de poder* entre eles.

O problema é saber em que momento, em que condições, sob que forma o Estado começou a ser projetado, programado, desenvolvido, no interior dessa prática consciente das pessoas, a partir de que momento ele se tornou um objeto de conhecimento e de análise, a partir de que momento e como ele entrou numa estratégia meditada e concertada, a partir de que momento o Estado começou a ser invocado, desejado, cobiçado, temido, repellido, amado, odiado pelos homens. Resumindo, é essa entrada do Estado no campo da prática e do pensamento dos homens, é isso que é preciso procurar apreender (FOUCAULT, 2008, p. 330).

Para Bourdieu (1989), o *Estado* é antes uma representação mental coletiva que produz suas práticas e efeitos próprios, onde a delimitação temporal de *regiões e fronteiras*, na verdade, passou antes por uma luta classificatória para fazer-se reconhecer certas divisões do mundo social até que se conformasse, de fato, um conjunto de conceitos performativos capazes de produzir efeitos práticos:

os agentes investem em seus interesses e seus pressupostos, e de representações objetais, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias etc.) ou em atos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores (BOURDIEU, 1989, p. 112).

É nesse investimento sobre a reafirmação, que no mesmo tempo que diz como se deve pensar, no nosso caso, no que de fato pertence às Relações Internacionais, diz-se também como não deve sê-lo feito. No início do Século XX, quando Carr (1981) e os realistas contam a sua história das relações internacionais a fim de afirmar a cientificidade da nova disciplina:

Se, portanto, o objetivo precede e condiciona o pensamento, não é surpresa descobrir que, quando a mente humana começa a exercitar-se em algum campo novo, ocorre um estágio inicial em que o elemento do desejo ou objetivo é extremamente forte, e a inclinação para a análise de fatos ou de meios é fraca ou inexistente. [...] O aspecto teleológico da ciência da política internacional tem estado evidente desde o princípio. Surgiu de uma grande e desastrosa guerra; e o objetivo mestre que inspirou os pioneiros da nova ciência foi o de evitar a recidiva desta doença do corpo político internacional. Como outras ciências na infância, a ciência da política internacional tem sido marcadamente e francamente utópica (p. 4-12).

De fato, o autor formaliza aqui uma crítica à utopia que atribui aos *Idealismos* que modularam o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) na Liga das Nações, demonstra também que todo projeto da ciência política é antes um projeto político – tendo em conta os discursos articulados pela política estadunidense ao ascender nesse *Internacional*. No entanto, ao ponderar a análise da *ciência* e o projeto da *utopia*, Carr (1981) não opõe *Realismo* e *Idealismo* nas Relações Internacionais em *verdadeiro versus falso*, pelo contrário, conforma-os como extensões de um mesmo domínio: “há um estágio em que o realismo é o corretivo necessário da exuberância da utopia, assim como em outros períodos a utopia foi invocada para contra-atacar a esterilidade do realismo” (p. 14).

Ao afirmar que a *política internacional*, naquele momento, passava se popularizar na medida que deixava de ser a de coisa interesse do *soldado* ou do *diplomata profissional*, Carr (1981) reduziu a dinâmica em que a *lógica da soberania* havia se convertido, no século imediatamente anterior, na forma dos *dispositivos diplomático-militares* expressados sobre uma *dada conjuntura da balança westfaliana*¹². O XIX foi marcado precisamente não pela *guerra entre Estados*¹³, mas uma *solidariedade coletiva entre eles* com vistas aos levantes nos seus *interiores*. Naquela altura, o *soberano* do absolutismo se convertia em conservantismo e nostalgia face a afirmação política da burguesia que se configurava entre as revoltas daquele século. Mesmo compondo com processos revolucionários de orientação liberal, esse *poder em afirmação* jamais se desfez da *arquitetura absolutista do Estado*.

¹² Uma referência que se faz à concertação conduzida pelo Príncipe de Metternich, da Áustria, durante as resoluções do Congresso de Viena (1814-1815).

¹³ A guerra não é *entre Estados*. Os convocados pelo *direito soberano de matar*, para matar e morrer *em nome da virtude e do Estado*, foram desde a massa de camponeses ao operariado urbano.

O *Realismo* não negava o seu pária *Idealista-liberal*, afinal compartilham de uma mesma identidade política, diferenciam-se sim em termos de temporalidade – uma orientação entre *passado* e o *futuro*, como Koselleck (2006) procurou demonstrar a respeito do pensamento moderno – e uma tolerância ao que se *pode* ou *não pode* ingressar num jogo do *Internacional*, mas que jamais renuncia aos projetos do *Estado*, da *Anarquia* e da *Balança de Poder*. No entanto, outra experiência política permanecia em definição na Europa no início do Século XX e poderia, de fato, reverter o problema do *Internacional* nos seus próprios termos: a revolução na Rússia que desdobrou na União Soviética (1922)¹⁴. Desse acontecimento depreendiam *saberes* que tinham origem em problemáticas gestadas na própria *Razão de Estado*¹⁵ absolutista, que perde antigos contornos entre os Séculos XVIII e XIX. Enfim, havia entre eles o *Marxismo*, onde queremos evidenciar uma noção que foi mais bem elaborada por Lênin, n’*O Estado e a Revolução* (2011) – a de *Definhamento do Estado*, apresentada nas discussões e cartas por Marx e Engels, também n’*A Guerra Civil na França* (1871) e no *Manifesto do Partido Comunista* (1848).

O aparecimento desse *idioma* fornecia, de fato, um componente para superação histórica de todo um domínio baseado no *Saber de Estado* do qual as Relações Internacionais passara ser depositária. O Marxismo e o Leninismo também foram alvo do primeiro debate das Relações Internacionais, e nele foi completamente castrado do *definhamento*. Devido isso, a princípio foram reduzidos – de fato – numa utopia:

A doutrina socialista é provavelmente a que é mais difícil de resumir em algumas proposições genéricas, relacionadas com as guerras e os conflitos. Os socialistas se inclinam a crer que a paz entre os Estados será uma consequência natural da paz interna das nações [...] não parece ter uma teoria única e coerente das relações entre as classes e as rivalidades entre os Estados. Mas eles postularam, de forma mais ou menos clara, que a reconciliação dos homens e dos grupos, dentro de uma ordem social e equitativa, levaria também à reconciliação dos Estados (ARON, 2002, p. 335)

⁵Seus desdobramentos, apesar de importantes, não serão alvo deste trabalho.

¹⁵ Observando a experiência Britânica, Marx (1985) identificou na *Acumulação Primitiva do Capital* o processo que sobre o qual se desdobrou o Capitalismo, baseado na acumulação via concorrência e na propriedade privada, deu-se sobretudo numa estratégia meditada de *separar o produtor do meio de produção*. O autor evidencia a múltipla ativação de *dispositivos de polícia* que conformaram o *Direito da Propriedade Privada* como lei, engendraram um *sistema penal* orientado a coibir a violação desse direito pelo *novo criminoso*, a massa camponesa despossuída que migrava na direção das cidades: “O roubo assume a forma parlamentar que lhe dão as leis relativas ao cercamento de terras comuns, ou melhor, os decretos com que os senhores das terras se presenteiam com os bens que pertencem ao povo, tornando-os sua propriedade particular, decretos da expropriação do povo [...] a burguesia nascente precisava e empregava a força do estado para regular o salário, isto é comprimi-lo dentro dos limites convenientes a produção de mais-valia, para prolongar a jornada de trabalho e para manter o próprio trabalhador num grau adequado de dependência. Temos aí um fator fundamental da chamada acumulação primitiva” (MARX, 1985 O CAPITAL, p.841-854).

Na medida do pensável, para a leitura das RI, o Marxismo poderia até implicar com algumas questões que dizem respeito a esse *Internacional* na medida que se empenhava numa crítica da economia política capitalista, mas jamais evidenciou criticamente o componente dissociador do *Estado* que esse saber apresentou.

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) revelou-se numa teia imensa de *fidelidades* entre a *burguesia financeira* dos centros europeus e as *elites do Estado* (LÊNIN, 2010, p. 61-86) que se arrastava desde as *crises de expansão do capitalismo* no século XIX, seja no interesse mútuo de suprimir os levantes que se radicalizaram, seja para organizar processos sistemáticos de acumulação nas antigas colônias. Nesse contexto havia condições para uma contestação franca ao *conjunto de saberes, razões e dispositivos* que conformam no *Estado*, fazia sentido um investimento contundente na disciplinarização das Relações Internacionais a partir de *verdades autoevidentes*¹⁶.

A noção do *definhamento* estava baseada nas experiências da *Comuna de Paris de 1871*. Marx e Engels verificaram nela condições históricas para desativação – do que vimos lendo como – *Dispositivos de Segurança do Estado*, através da organização espontânea e ação direta do operariado em *communes*. Nesse contexto, as elites do *Estado* desaparecem e os *dispositivos do poder*¹⁷ são desarticulados num *processo de morte*, orientado a desmontar a sociedade dividida em classes:

O proletariado se apodera da força do Estado e começa por transformar os meios de produção em propriedade do Estado. Por esse meio, ele próprio se destrói como proletariado, abole todas as distinções e antagonismos de classes e, simultaneamente, também o Estado, como Estado. A antiga sociedade, que se movia através dos antagonismos de classe, tinha necessidade do Estado, isto é, de uma organização da classe exploradora, em cada época, para manter as suas condições exteriores de produção e, principalmente, para manter pela força a classe explorada nas condições de opressão exigidas pelo modo de produção existente (escravidão, servidão, trabalho assalariado). O Estado era o representante oficial de toda a sociedade, a sua síntese num corpo visível, mas só o era como Estado da própria classe que representava em seu tempo toda a sociedade: Estado de cidadãos proprietários de escravos, na antiguidade; Estado da nobreza feudal, na Idade Média; e Estado da burguesia de nossos dias. Mas, quando o Estado se torna, finalmente, representante efetivo da sociedade inteira, então se torna supérfluo. Uma vez que não haja nenhuma classe social a oprimir; uma vez que, com a 'soberania de classe' e com a luta pela existência

¹⁶ Em referência à fala de Thomas Jefferson na Declaração de Independência dos Estados Unidos (1776): “Consideramos estas verdades autoevidentes: que todos os homens são criados iguais, dotados pelo seu Criador de certos Direitos inalienáveis, que entre estes estão a Vida, a Liberdade e a busca da Felicidade”. Ainda que, desde a chegada dos primeiros europeus até o século XIX, a *verdade autoevidente* tenha convertido no extermínio massivo de populações aborígenes naquele território.

¹⁷ A conformação desses dispositivos orientados a produzir, regular e proteger um mercado interno, de acordo com a exposição de Marx (1985), implicaram no arrendamento das terras e promoveram a absorção da produção autônoma pela produção industrial. A forma de vida modulada pela acumulação no seio do capitalismo também apontou para um aumento da população, parte da história da formação dessa massa de trabalho assalariado.

individual, baseada na antiga anarquia da produção, desapareçam as colisões e os excessos que daí resultavam - não haverá mais nada a reprimir, e, um poder especial de repressão, um Estado, deixa de ser necessário (ENGELS apud LÊNIN, 2011, p. 48).

Na experiência do *definhamento*, o *Estado* desaparece como questão de governo e é redimensionado em mera função administrativa. Quando vêm perder esse caráter político, transborda-se numa forma outra de *Internacionalismo* que aliena a forma-*Estado*. Como na experiência da *commune*, o *Estado* foi destituído *como si próprio* pela revolução violenta, perde seu caráter de *força especial de repressão*. Esse movimento tornaria possível redistribuir o meio de produção através da função que o *Estado* assume ao administrar o desmonte do *sistema de classes capitalista*, conformando em si uma efetiva representatividade, e ao fazê-lo, deixa de ser útil visto que não há classe a subordinar. O primeiro encaminhamento dado nesse *definhamento* é o de engendrar uma democracia plena destruindo o braço armado, as elites do *Estado* e o seu fetiche à propriedade. Citando Engels, o autor evidencia que, da mesmo modo que o *Estado* tenderá *definhar*, essa *democracia* também o fará. Essas duas modalidades aparecem aqui como *instrumentos* desse *processo*:

Nós somos partidários da república democrática como sendo a melhor forma de governo para o proletariado sob o regime capitalista, mas andaríamos mal se esquecêssemos que a escravidão assalariada é o quinhão do povo mesmo na república burguesa mais democrática. Mais adiante: todo Estado é uma "força especial de repressão" da classe oprimida. Um Estado, seja ele qual for, não poderá ser livre nem popular. Marx e Engels explicaram isso muitas vezes aos seus camaradas de partido, mais ou menos em 1870 (ENGELS apud LÊNIN, 2011, p. 52).

Assim, o *Estado*, pelo seu *dever* próprio de exercer *violência*¹⁸ orientada a manutenção da ordem de coisas, deve ceder lugar antes pela revolução violenta, que tem o papel posterior de encaminhá-lo no *definhamento*¹⁹. Na sua carta à Bebel, Engels (1875) é incisivo:

Enquanto o proletariado ainda usa o Estado, não o faz no interesse da liberdade, mas sim para triunfar sobre o adversário, e, desde que se possa falar de liberdade, o Estado como tal deixará de existir. Portanto, proporíamos substituir por toda parte a expressão Estado por *Gemeinwesen*, velha e excelente palavra alemã, cujo sentido equivale ao da palavra *Commune* em francês.

Na apresentação à edição brasileira pela Hucitec, Florestan Fernandes (1978) afirma que Lênin escrevia o Estado e a Revolução num contexto político bastante agitado: de um lado, a *Segunda Internacional* (1889-1916) dos partidos operários na Europa, cujas experiências teriam sido

¹⁸ Nota sobre a violência material e simbólica na noção de superestrutura em Marx e geocultura em Wallerstein.

¹⁹ "Esta última expressão, suscetível, aliás, de provocar mal-entendidos, evoca o processo do *definhamento* do Estado: um momento há em que o Estado em vias de *definhar* pode ser chamado de não político" (LÊNIN, 2011, p.106)

capturadas no debate *social-democrata*, que para Lênin evidenciava intenções de inclinação burguesa, por outro lado, a agitação em torno da revolução que se avizinhava na Rússia colocou o autor nos trilhos de uma discussão mais contundente sobre os encaminhamentos necessários do Estado diante dessa realidade. Não seria bem a respeito desse *pragmatismo político* que Carr (1981) preferiria acenar às Relações Internacionais. De fato, o Marxismo enuncia constantemente a envergadura do seu projeto político, orientado à ontologia da *luta de classes* – o pensamento de Marx (1888) será sempre marcado pela ponderação de que “Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo” (XI).

Nas Relações Internacionais, a literatura canônica ingressará não como uma expressão própria da *política* e do *saber* de *Estado*, será pretendida sempre como verdade científica. Longe do *Marxismo*, a *Teoria das Relações Internacionais* poderá ser talvez mais *estéril* – como que não houvesse nisso uma inclinação própria à manutenção política da *ordem de coisas* –, talvez mais *utópica*, mas não perderá qualidade de *verdade* na medida que também não perder de vista as noções estanques que esse *saber* privilegia. Que isso signifique não só um entendimento a respeito dos limites que se conformam nessa visão de mundo em si que são as TRIs, mas na sua participação nessa *guerra do e pelo Estado*. Ao deixar naturalizar os dispositivos de poder, técnicas e saberes que se desdobram no *Estado*, vedam a emergência de expressões outras de vida política que provavelmente implicariam “*Internacionais*” sob entendimentos distintos – sejam elas formas alternativas, ou que venha surgir como crítica das próprias práticas de poder, como significou o projeto do Marxismo ao oferecer uma noção de *Definhamento* que poderia relegar às premissas das Relações Internacionais uma perda substancial de sentido enquanto campo de verdade.

3. *Marxismo e o Estado de Sítio*

À época que escreviam, Marx e Engels contemplavam o período de afirmação política da burguesia através das revoluções liberais que ocuparam a França (1789-1814) e os Estados Unidos (1765-1783) e ecoaram pelo mundo entre os Séculos XVIII e XIX - sobretudo onde a Europa havia tocado nos processos coloniais em que se empenhou²⁰. Marx (2010) Em *Sobre a*

²⁰ “Colonos virtuosos [à liberação do poder da metrópole] que por definição não governam, de um lado do oceano; do outro, burgueses abastados, mas sem poder político: dos dois lados, a mesma polarização moral

Questão Judaica, Marx (2010) observava a maquinaria do estado prussiano voltada à repressão daqueles que professavam o judaísmo. Retornava então atravessar o problema do *Estado* através do componente revolucionário da burguesia, que não emancipou a *questão humana*, mas tomou conta dos *dispositivos de poder* que conformam no *Estado*:

A emancipação política do judeu, do cristão, do homem religioso de modo geral consiste na emancipação do Estado em relação ao judaísmo, ao cristianismo, à religião como tal. Na sua forma de Estado, no modo apropriado à sua essência, o Estado se emancipa da religião, emancipando-se da religião do Estado, isto é, quando o Estado como Estado não professa nenhuma religião, mas, ao contrário, professa-se Estado. A emancipação política em relação à religião não é a emancipação já efetuada, isenta de contradições, em relação à religião, porque a emancipação política ainda não constitui o modo já efetuado, isento de contradições, da emancipação humana (p. 38).

A afirmação sobre o absolutismo furtou a *Soberania* e a redimensionou em *Sociedade burguesa*, e se fez duplamente a partir da crítica liberal aos *dispositivos de polícia do Estado* e uma introdução da *guerra civil* como *política* através do *Estado de Exceção* ou *Estado de Sítio* como Marx e Engels verificavam na *Guerra Civil na França* e no *18 de Brumário de Luís Bonaparte* (1852).

De acordo com Koselleck (1999), a burguesia conjurou a crise política, que decorria das limitações que o absolutismo imputava aos ciclos de acumulação do capitalismo²¹, e o fez nos termos da sua própria crítica. Introjeteava no horizonte uma noção de *progresso* a ser dirigido pela *razão*. A crise da qual se queixava a burguesia foi “confundida” na crítica pela *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*. Ao cabo delas revoluções, o campesinato, os operários, anarquistas e comunistas terminaram distanciados e reprimidos pelo projeto político introduzido, mas que a princípio não era dirigido diretamente pela burguesia. Ao encampar o *Estado* através das rebeliões que agitou, a burguesia inseriu a *guerra civil* como lógica de poder, pressionou inúmeras reformas sobre o *governo* e seu edifício *westfaliano* modo a rearticular os *dispositivos diplomático-militar e de polícia* num só *dispositivo de segurança* (FOUCAULT, 2002).

Nesse novo *saber governamental*, emergem tecnologias orientadas a governar os fluxos, liberando a circulação de pessoas e mercadorias de regulações engessadas. Passaria pela inserção e reinserção de condições ótimas para florescer o comércio, o corpo saudável da *população*. O *Soberano* do absolutismo, cujo direito era o de decidir pela morte, passa ser

exigindo uma “decisão radical”, a ser tomada por um tribunal moral que só pode ser a guerra civil, moralmente justificada “no momento em que a virtude entra no campo político da ação” (ARANTES, 2014, 58).

21 Ao discutir as leis que regulamentavam a circulação do trigo, Quesnay (1758) afirmava que a regulação minuciosa do *Estado* terminaria por piorar o problema da escassez, sob a premissa de que os fluxos naturais da população satisfariam as necessidades do comércio, que por sua vez seria constituído dos seus dados fluxos. Nos referimos também à experiência francesa visto a diversidade de narrativas acerca de um engessamento das *Leis do Estado* sobre a Economia que foram encaminhadas no domínio da Revolução Francesa.

localizado nessa forma-*Sociedade burguesa*. Por conseguinte, além da preservação, a perseguição do *corpo saudável da sociedade*²² passaria inevitavelmente pelo *dever* de combater as *doenças* no seu *interior*, e assim, se desdobraria o *Racismo de Estado e o Estado de Exceção* a partir dessa *guerra civil* continuada na *política*.

No seu *18 de Brumário de Luís Bonaparte* (1852), Marx discute a trajetória até a Revolução de 1789 na França, e por conseguinte como as condições precárias da população somada ao desejo por expansão da burguesia francesa foram articulados no golpe de estado e instituiu a ditadura militar de Napoleão Bonaparte, em 1851. A figura de *militar virtuoso* de Bonaparte articulada num nacionalismo restaurador permitiu manipular a massa dos franceses, que acabara empobrecida durante as rebeliões que arrastaram a Revolução Francesa, e promoveu as reformas institucionais que desengessariam e trariam *segurança* aos negócios da burguesia²³. Ainda que o horizonte expansivo do império de Napoleão, junto dos demais levantes acionados pela Revolução na Europa, tenham a princípio se encerrado no jugo *westfaliano*, os termos do velho *equilíbrio de poder* precisariam ser restituídos. Com o fim das guerras napoleônicas, Congresso de Viena (1814-1815) trouxe novas resoluções²⁴, que reconfiguraram os termos da *balança de poder europeia* na forma da *segurança coletiva*²⁵, que passaria pela compromisso conjunto desses *Estados* evitar um novo choque civil que pudesse ser generalizado.

O Século XIX foi marcado pelo exercício da violência não diretamente entre *Estados*, mas a partir de uma solidariedade entre *Estados*, e entre eles e suas classes dominantes, com vistas a mobilizar nessa *sociedade*, e em qualquer lugar, uma *imensa reserva de poder* em nome da restauração da ordem, que Marx (2011a) identificou no aparecimento de Luís Napoleão

²² Que ecoou nas diversas reformas arquitetônicas nas zonas urbanas do mundo moderno, como Reforma Urbana de Paris (1852-1870) ou mesmo as reforma no Rio de Janeiro (1903-1906) com vistas ao saneamento e higienização social da cidade, otimização da circulação. Evidencia-se também no aparecimento da Medicina Social na Europa do Século XVIII/XIX.

²³ Napoleão procurou desestruturar as instituições do Antigo Regime que ainda prevaleciam como limitação aos fluxos do capital. Foi nesse incessante retrabalho sobre as instituições, orientado pela economia política, que desdobrou na figura o poder do homem que governa para uma classe.

²⁴ Com forte protagonismo do Príncipe de Metternich, da Áustria, na conformação dos termos que definiriam uma nova *concertação* de *Estados* na Europa, também do Príncipe de Talleyrand, da França, cuja atuação conservadora procurava afastar-se da identidade da Revolução na medida que também reconhecia a necessidade da França de impedir novos levantes.

²⁵ Ao apontar a necessidade de uma *solidariedade internacional entre o proletariado*, Marx e Engels (2005, p. 69) verificaram relações de solidariedade bastante estreitas entre classes dominantes dos países europeus e a solidariedade entre elas era o que mantinha seu poder e fornecia a capacidade de resposta ampla às movimentações operárias (HOBSBAWM, 1986, cap. 6). Daí a conhecida frase “proletários de todos os países, unidos”.

Bonaparte. A figura política irrelevante ganhou protagonismo numa França em permanente crise, é eleito à república francesa conquistando a simpatia da pequena burguesia e investindo sobre a massa camponesa um discurso constituído da *nostalgia restauradora* inspirado no tio, Napoleão Bonaparte. A guinada conservadora da república com Luís Bonaparte, apoiada pela classe média agrária e pelo campesinato, arrastou o proletariado de Paris em assalto contra a Assembleia Nacional nos acontecimentos das *Revoltas de Junho* (1849), lá se defrontou e viu sua rebelião ser violentamente esmagada por uma massa de trabalhadores do campo recrutados numa hábil articulação entre Bonaparte, a *classe média burguesa*, a *burguesia financeira urbana* e o *campesinato*. Com o proletariado parisiense fora de cena, Bonaparte declara *estado de sítio* da república e se ergue a imperador no que Marx (2011a) entendeu como acontecimento de maior envergadura das guerras civis europeias. Eis então a introdução do *estado de exceção* e da *guerra civil* como política:

O que os Ateliês Nacionais [42: *instituto público, organizado ao estilo militar, de apoio a trabalhadores desempregados em Paris e cidades vizinhas sem especificação de profissão. Como remuneração, os trabalhadores recebiam vale-pão e ordenado. Depois da derrota da Insurreição de Junho, os Ateliês Nacionais foram desativados pelo governo de Cavaignac*] representaram para os trabalhadores socialistas, o que as Gardes mobiles [43: *era recrutada principalmente dentre o lumpemproletariado parisiense, deixaram-se manipular contra os trabalhadores revolucionários durante a Insurreição de Junho de 1848, auxiliando os reacionários a esmagar essa revolta*] representaram para os burgueses republicanos, foi para Bonaparte a Sociedade 10 de Dezembro, a força armada partidária típica dele. Nas suas viagens, destacamentos dessa força, em vagões ferroviários abarrotados, tinham de improvisar-lhe público, exibir o entusiasmo público, berrar vive l'Empereur [viva o imperador], insultar e espancar os republicanos, contando obviamente com a proteção da polícia. [...] A Sociedade 10 de Dezembro permaneceria como exército privado de Bonaparte até ter logrado transformar o exército público numa Sociedade 10 de Dezembro (p. 92-94).

O golpe de Luís Bonaparte é uma das experiências que vai permitir, no âmago das revoluções que afirmaram o *poder da burguesia*, uma série de reformas nos *dispositivos do Estado* que passará visar a reafirmação do capitalismo, sobretudo na crise de expansão que viveu na segunda metade do Século XIX, e que terminará por inserir no ciclo da acumulação capitalista, e acima do *livre mercado*, a forma do *capitalismo monopolista*, ou *imperialista*²⁶. De acordo com Lênin (2010), esse movimento dá início a um processo de *acumulação* ocorre por intermédio de um *sistema de participações via capital financeiro* que atravessa relações entre o *si próprio*, o *capital industrial* e as *elites do Estado*.

Daí resulta um enorme progresso na socialização da produção. Socializa-se também, em particular, o processo dos inventos e aperfeiçoamentos técnicos. Isto nada tem a ver com a antiga livre concorrência entre patrões dispersos, que não se conheciam e que produziam para um mercado ignorado. A concentração chegou a tal ponto que se

²⁶ A política na forma de guerra do *imperialismo* e do *colonialismo* europeu, de acordo com Lênin (2010), teria atravessado também as práticas financeiras que ingressaram no Século XX.

pode fazer um inventário aproximado de todas as fontes de matérias-primas [...] de um país, e ainda, de vários países e de todo o mundo [... *o capitalismo monopolista*] arrasta, por assim dizer, os capitalistas, contra sua vontade e sem que disso tenham consciência, para um novo regime social, de transição, entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa (p. 26).

Do ponto de vista do *Imperialismo*, a *elite monopolista* dos grandes centros urbanos, sobretudo europeus ou dos Estados Unidos, agenciando os *dispositivos dos seus Estados* – sobretudo com o já antigo mundo colonial via diplomacia –, afirmaram-se através de carteiras mundiais de operações financeiras e sistemas de participações, por toda parte, inclusive entre si e que foi possível, então, abocanhar num só golpe o *operariado* europeu e o que nascia nas velhas colônias.

Por fim, em Marx (apud Bobbio, 2006, p.155.) o *Estado* vem ser um conjunto de instituições que aglutina toda a *violência concentrada e organizada da sociedade*, que agora passa estar condicionado às *relações de classe burguesa* e à *manutenção da ordem monopolista* – onde classes e antagonismos se formam. A classe economicamente dominante não é *aquela que governa*, mas é *aquela que domina* (KAUTSKY, 1903, p.13.) porque importa é que essa burguesia esteja representada nas instituições do *Estado*, e tem as condições e meios necessários para *recrutar* representantes da elite política, como no caso de Luís Bonaparte.

O processo econômico é luta de classes e, portanto, relações de poder [...], mas também poderes político-ideológicos [...] essas relações de poder, lastreadas na produção da mais-valia e na ligação aos poderes político-ideológicos, materializam-se nas instituições-aparelhos específicos que são as empresas-fábricas-unidades de produção, lugares de extração da mais-valia e de exercício desses poderes (MILIBAND, 1972, p.74-79).

Poulantzas (2000, p.30-45) destaca três práticas que vem ser fundamentais a *esse Estado*: a *repressiva*, a *ideológica* e a *econômica* – e compreende impedir que *antagonismos de classe* terminem por dissolver a *ordem social burguesa*, moldar e formar o pensamento, por fim participando no processo da *acumulação material*, que também envolve a produção das mesmas ideias que legitimam a exterioridade do modo de produção capitalista.

As *relações de solidariedade* entre as *classes dominantes*, em Marx, ultrapassava *fronteiras*, convergiam em vista ao problema da *luta de classes* e, portanto, do controle sobre a estrutura das forças produtivas; também atravessa uma relação orgânica entre *Estado*, *burguesia* e *propriedade*. A admissão de uma *dimensão histórica* para análise e associação entre *política* e *economia* passa ser um domínio necessário para o *marxismo*: trata-se de entender a organização das forças produtivas, modo de produção e como são as dinâmicas que autorizam e legitimam a sujeição. Assim, ao subordinar o *Estado* e seus *dispositivos* às *estratégias políticas da burguesia como nova classe dominante*, invertemos os termos evidenciando as

estruturas sociais dominação e, assim, observamos que a suposta *balança das relações internacionais* no Século XIX estará, na verdade, atravessada pela reconfiguração histórica de uma *luta de classes* em definição. Movimento este, é claro, impróprio ao rito da *Razão de Estado* nas Relações Internacionais

4. Bem Me Quer, Mal Me Quer: A Teoria, o Internacional e o Marxismo

No terreno da disciplinarização das RI, teria *nascido e evoluído* dos Tratados de Westfalia (1848), um *sistema de Estados* que, devido sua *natureza*, produz uma envergadura determinista das relações, que ora estão condicionadas no que é o axioma das Relações Internacionais, a *Anarquia*, a *característica própria* de um *sistema de Estados* onde a alternativa será perseguir o sensível *equilíbrio* entre *conservar-se* e *expandir-se*. Assim como verificamos no *saber da Razão de Estado*, ou *saber de Estado* por excelência, é no eco dessa dupla necessidade que encontraremos, jamais em oposição, os projetos *realista* e *idealista*²⁷:

O desenrolar da história, de maneira conjunta e acumulada, segundo Hegel, vai se alinhando a uma lógica transcendente, progressiva e teleológica de um desenvolvimento qualitativo do mundo; em poucas palavras, a filosofia hegeliana invoca a ideia de um movimento histórico (o Geist) contínuo e teleológico. Nietzsche contradiz Hegel, condenando os ideais metafísicos e teleológicos de progresso contínuo e afirmando que tal crença transcendental valorativa do futuro estaria destruindo a identidade do homem do presente, tornando-o dependente do passado, e impedindo que ele desenvolva suas próprias forças produtoras de cultura. A ação dos homens, sob a égide de tal teleologismo, estará sempre orientada a um futuro idealista, além de estar baseada em um passado confinado à eternidade, porém nunca voltado para o presente (NIETZSCHE, 1976, p. 2013 apud SOARES, 2016, p. 21).

Nesse mesmo contexto, desde o final do Século XVIII até Segunda Guerra Mundial (1939-1945), seguiam em definição as disputas históricas pela afirmação *política da burguesia*, via revoluções liberais que a conformavam na Europa e nos Estados Unidos. Conforme vimos no item anterior, essas *revoluções* encaminharam não à emancipação da *questão humana*, como verificou Marx (2010), mas desdobraram na conversão da *Soberania* absolutista em *sociedade* e, para tanto, introduziram na *política* a *guerra civil*, o *estado de sítio* e o *estado de exceção*²⁸:

²⁷ Também podemos apontar o pertencimento do *realismo* e do *idealismo* como projetos que não se excluem, mas que se complementam e se continuam no mesmo domínio temporal. Tanto orientado às lições do passado, tanto orientado aos avanços do futuro, a via única entre esses projetos é a *reinserção constante dos termos do jogo*.

²⁸ Para Marx (2011b) as ditas *revoluções burguesas* não emanciparam das formas e práticas de dominação, mas ao chegar até elas, encamparam o *Estado* e redimensionaram o poder ao sabor do seu próprio domínio. Ao recuperar as imagens da república francesa antes do golpe de Luís Bonaparte, em 1848, o autor dizia “o sufrágio

Não é do passado, mas unicamente do futuro, que a revolução social do século XIX pode colher a sua poesia. Ela não pode começar a dedicar-se a si mesma antes de ter despido toda a superstição que a prende ao passado. As revoluções anteriores tiveram de recorrer a memórias históricas para se insensibilizar em relação ao seu próprio conteúdo. A revolução do século XIX precisa deixar que os mortos enterrem os seus mortos para chegar ao seu próprio conteúdo. [...] No dia 2 de dezembro, a Revolução de Fevereiro foi escamoteada pelo volte de um trapaceiro, o que deixou a impressão de que se derrubara não mais a monarquia, mas as concessões liberais que lhe haviam sido arrancadas por séculos de luta. A própria *sociedade* deveria ter conquistado para si mesma um novo conteúdo; em vez disso, foi meramente o *Estado* que retornou à sua forma mais antiga, ao domínio despudoradamente simples da espada e da batina (MARX, 2011b, p. 29).

A despeito dos *a priori* que procura lastrear, a disciplina das Relações Internacionais se insere cronologicamente no que ela própria entende como a crise da dissolução d'uma *balança de poder* que desdobrou no Congresso de Viena (1814-1815)²⁹ ao encerrar o que seria mera *aventura expansionista* do *Estado* francês, encarnado na figura de Napoleão. A *segurança coletiva* que as RI viu configurar foi, não uma *contorção* generalizada dos *dispositivos diplomático-militares* se conformando no *Estado-ideia*, mas um arranjo unitário da violência a fim de preservar uma *balança* permanente entre si. Assim, a história nas RI retorna se inscrever não em um campo aberto, mediado pela disputa em torno das *verdades* e das *práticas de poder* que dão vida às suas categorias ontológicas, seja pela sua *permanência*, seja pela sua *restauração*³⁰, seja pelo seu *definhamento*, essas disputas evidenciam mais é que *fronteiras*, *aparelhos*, *ideias-figuras* e inclusive *ciência* estão completamente atravessados por elas.

O *primeiro debate* das RI, pelo contrário, fez a opção por encerrar a história em toda sua dimensão, afirmando nela uma *natureza* da *balança de poder* configurando o nascimento dessa categoria ontológica e performativa, o *Internacional* e as *relações inerentes a ele*. A lacuna da *soberania* foi preservada na *separação* ou na *descontinuação* da *política* entre *interioridade* e *exterioridade*, de modo a manter a centralidade do *Estado* na sua *figura* e *racionalidade própria*. Até aqui, esperamos verificar com menos sutileza que *saberes* como o *marxismo* não emergiram nas TRI, especificamente nesse princípio, através de estratégias articuladas no contexto da autonomização das Relações Internacionais como disciplina –

universal parece ter sobrevivido só o tempo sufi ciente para redigir de próprio punho o seu testamento diante dos olhos do mundo inteiro e declarar pessoalmente, em nome do povo: *Tudo o que existe merece perecer*” (p. 31).

²⁹ No entendimento próprio às Relações Internacionais, a História é exatamente a *história das balanças de poder*, ou de como formas mais ou menos centralizadoras de política procuraram *balancear poder* a partir de uma suposta *razão política*, a ancestralidade da *razão de Estado*. Assim, as RI se apropria da *História da Guerra do Peloponeso* (404 a.c.) em Tucídides, ou do contexto das cidades-estados da península italiana quando Maquiavel escreve *O Príncipe* (1532)

³⁰ Leia-se “reconfiguração”. De todo modo, são fronteiras que a literatura das RI não reconhece na medida que representa a história numa progressão transcendental de conceitos.

diferente do que Carr (1981) apresentou como apenas *o início de uma ciência* que se organiza entre *suas utopias*, foi marcada pela orientação politicamente meditada a reinserir o domínio de *Westfalia* num campo de permanência, ainda que este tivesse sido substancialmente ressignificado nos séculos XVIII e XIX.

No contexto da disciplina(rização) das Relações Internacionais, os contornos que expusemos foram transformados após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e nas décadas subsequentes, conformando num *debate inter-paradigmático das Relações Internacionais* (DUNNE, T; KURKI, M; SMITH, S; 2012). As condições que tiveram desdobramento no Maio de 1968³¹ não deixaram opção às *elites* das RI, senão passar a negociar uma diversificação de categorias com as abordagens que vinham desafiando uma orientação unitária ao *Estado* e à *balança de poder*³². Em *Nem com Marx, Nem contra Marx*, Bobbio (2006) exprime preocupação com expressões de *TRI* que reivindicam elevar uma forma própria de *Marxismo* que, no entanto, se distancia do horizonte do *definhamento* – sendo ele próprio indutor de um *internacionalismo* outro que não o do *Estado*. De acordo com ele,

A isso nos incitam alguns clamorosos acontecimentos recentes que, contra o modo tradicional e tornado acriticamente convencional de considerar as relações entre Estados por parte da doutrina marxista corrente, levam a que se ponha, com respeito a esse problema [teoria marxista do Estado], o mesmo tipo de questão que foi posta a respeito das relações internas: “Existe uma teoria marxista das relações internacionais? Se existe, qual é ela?”(p. 222)

Para o autor, o *marxismo* não se orienta a constituir *teorias gerais*, tampouco far-se-ia de uma *Política Internacional*. Assim *seu projeto* não se voltou a circunscrever o problema do *Estado*, da *Guerra* e do *Direito*.

Para Marx, essas modalidades não poderiam *por si só* expressar a *história* na sua *materialidade*, não podem ser objetos com *vida* ou *história* própria, mas como práticas políticas

³¹ Expressão é referente a um conjunto de eventos ocorridos pelo mundo. Teve início na Universidade de , nos arredores de Paris, e entornou num movimento de contestação generalizada a respeito das estruturas sociais no pós-Segunda Guerra e o sentimento de ameaça sob a Guerra Fria.

³² Segundo Dunne, Kurki, Smith (2012), nesta *etapa* da disciplina, ingressam que se enunciam como *teoria crítica, construtivismo, feminismo, o marxismo, pós-estruturalismo, pós-colonialismo, os ambientalistas (green theories), agendas voltadas à globalização (neoliberal): segurança humana, segurança alimentar, etc.* Todo um conjunto de saberes que se orientará, em coexistência plena com aqueles saberes orientados pela Razão de Estado, para uma *nova forma governamental que emergiu entre o sentimento agonismo da bomba atômica e dos horrores da Segunda Guerra Mundial, e cujo alvo dessa política será o planeta em toda sua dimensão, mediada na forma-ONU*. Não vamos aprofundar a noção de *Ecopolítica*, cabe reter que as práticas que reinserem os *dispositivos diplomáticos-militares* conformados no *Estado* passarão coexistir com práticas que afirmam uma nova contorção deste último: o duplo *dispositivo diplomático-policial*. A *não-exclusão* entre as práticas próprias desses dois *grandes dispositivos* produzirá, também, suas próprias expressões nos *saberes*. Assim, a disciplina das Relações Internacionais perderá seus contornos sem, contudo, perder de vista a *forma-Estado* ou muitas vezes a *forma-Poder* que cimentou sobre a linguagem desse terreno. Para mais sobre a *Ecopolítica*, ver: Passetti (2019).

que foram articuladas numa *superestrutura ideológica* destinada a autorizar e reinserir processos de dominação pela categoria de *classes no capitalismo*. Uma *teoria geral* sobre todas essas coisas não é um simples movimento de entendimento, é a afirmação em torno da *verdade única*. Sequer sobre a ontologia de *classe* se pretendeu numa teoria geral via *marxismo* – ela própria era verificada como *parte de uma nova forma de dominação* que se afirmava na história. Assim, o próprio *marxismo* como doutrina se reconhece como fruto do seu tempo e das transformações que viu serem conduzidas. Em *A Ideologia Alemã* (1846), Marx verifica a crise no pensamento entre os herdeiros da *Filosofia* e da *História* de Hegel no Século XIX, tendo como pano de fundo as revoluções na Europa que levaram à afirmação do poder burguês. Para Marx (2007), o problema é atravessado pela noção de que a *história caminha* em determinação de um *conjunto de ideias*:

O processo de decomposição do sistema hegeliano, que começara com Strauß, desenvolveu-se a ponto de se transformar numa fermentação mundial em que foram envolvidas todas as “potências do passado”. Nesse caos geral, formaram-se poderosos impérios para logo perecerem; emergiram heróis momentaneamente para, em seguida, serem catapultados de volta às trevas por rivais mais arrojados e poderosos. Foi uma revolução diante da qual a Revolução Francesa não passou de um brinquedo de criança; uma luta mundial diante da qual os combates dos diádocos pareceriam mesquinhos. Uma vez deslocados os princípios, os heróis do pensamento atropelaram-se uns aos outros com uma precipitação inusitada, e em três anos, de 1842 a 1845, revirou-se mais o solo da Alemanha do que nos três séculos anteriores. Tudo isso teria acontecido no terreno do pensamento puro. Trata-se, certamente, de um acontecimento interessante: o processo de apodrecimento do espírito absoluto. Depois da extinção da última fagulha de vida, os diferentes elementos deste caput mortuum[1] entraram em processo de decomposição, ocorreram novas combinações e formaram-se novas substâncias. Os industriais filosóficos, que até então haviam vivido da exploração do espírito absoluto, lançaram-se então a novas combinações (p. 85).

Quando a Europa ingressa num *modo de acumulação essencialmente absurda*, todo aquele sistema de ideias orientados a uma *transcendência do homem na história*, que *por si* tenderia ao *progresso* numa espécie de *dialética do esclarecimento*, passa perder sentido enquanto unidade. Conforme as condições de existência se modificavam, em meados do Século XIX, também modificava o modo de pensar. Marx (2007) entendia que a inclinação sobre as ideias também compunha parte *material* na *história*, e desta forma, não era possível pensar a partir da *natureza* de qualquer *objeto* que fosse. Pouco antes, o autor evidencia através das condições históricas do seu tempo:

O comunismo não é para nós um estado de coisas [Zustand] que deve ser instaurado, um Ideal para o qual a realidade deverá se direcionar. Chamamos de comunismo o movimento real que supera o estado de coisas atual. As condições desse movimento [devem ser julgadas segundo a própria realidade efetiva. (S. M.)] resultam dos pressupostos atualmente existentes.

As *relações de poder e classe*, em Marx (2007), não foram organizadas em função das representações que os homens fazem delas, tampouco o domínio de *um sobre o outro* aconteceu pelo mero domínio da imaginação, mas pelas *relações históricas* que, inclusive, produziram suas próprias lógicas e ideologias de legitimação. Da mesma forma que se produzem *relações de poder*, e que *delas* também venham emergir *saberes* orientados a *racionalizá-las*, também são constituídas *relações de resistência*, desse modo, a *crítica* é gestada no mesmíssimo terreno.

É nesse contexto em que o próprio *marxismo* se reverte como *crítica*, e que se orienta especificamente sobre um *estado histórico de coisas*. Para o Bobbio (2006), o *marxismo* é essencialmente uma abordagem crítica à *economia política*, desinteressada em afirmar uma Teoria das Relações Internacionais. O *marxismo*, segundo Bobbio (2006), esteve inclinado a entender as *relações de força e lutas de classes gestadas no Estado*, onde se desenrola o domínio daquele que detém poder sobre aquele que não o tem, projetando sua força em prol da manutenção e reprodução do modo capitalista. Nesse sentido, o Marxismo não corresponderia numa TRI já que seu problema atravessa o *Estado*, não reconhecendo a tão suscitada descontinuidade da *política do dentro e fora*, e principalmente porque seu projeto abertamente político tem no horizonte um *definhamento* que terminaria por encerrar a lógica elementar do *Internacional westfaliano*³³ dentro dessa disciplina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Então o *marxismo* no contexto deste trabalho, como resistência por excelência, nos ajuda compreender com melhor relevo a disciplinarização das Relações Internacionais enquanto uma afirmação política, expressa na seleção meditada a reinserir essa *unidade do saber de Estado* na lógica do pensamento. Na contramão da *História única das Relações Internacionais*, também tornou possível pôr às claras condições históricas que permitiam emergência de expressões da vida política alternativas ao *Estado*, principalmente através das noções gestadas nas experiências da *revolução*, da *ditadura do proletariado* e do *definhamento do Estado* – essas mesmas expressões que a disciplina das Relações Internacionais procurou estancar. Portanto, o *marxismo* ingressa aqui não como *Teoria das Relações Internacionais*,

³³ Quando o marxismo compõe como uma tendência não só a distanciar o Estado como categoria performativa da vida política, mas *definhá-lo, desde funções meramente administrativas, até a sua morte*.

mas como expressão histórica que nos permite *tensionar o logocentrismo* articulados no *projeto realista* para uma *ciência da política internacional*.

Acreditamos aqui ter alcançado a nossa máxima, que era a de dar qualquer relevo que contrapusesse à história única das Relações Internacionais. O *Marxismo* ingressou nesta conversa como dinamizador eficiente, permitiu aproximar mais da própria história que as RI procura constituir, por fora dos seus próprios termos, e expôs relevos muito distintos da uniformização que a disciplina pretende sobre as suas categorias. Seja por intermédio desse *Internacionalismo* como condição histórica alternativa, que se instalou e se expressou na forma do *definhamento* dos aparelhos e da violência simbólica do *Estado*, seja também na leitura de uma *tendência internacional* que o capitalismo expôs. Como apontou Lênin (2010), é um *campo de relações* de poder que, no Século XIX, passa por transformações substanciais e se continua na forma de *Imperialismo*. Essa fase, diferente da *segurança coletiva* entre *Estados* que as RI aponta, se caracterizaria pela solidariedade desde as elites financeiras dos grandes centros do capitalismo, articuladas às próprias burguesias e com as do antigo mundo colonial em torno da *acumulação* e do *poder* sobre as classes do planeta inteiro. O elemento do *definhamento* expõe uma máxima importante: na mesma medida que a *humanidade* constituiu esse *quadro de domínio*, ele próprio pode e deve ser *desfeito* nas dependências do pensamento marxista.

Este elemento, por si só, desconecta toda possibilidade entre o *marxismo* e a *posição* que a Teoria da Relações Internacionais procura afirmar. As Relações Internacionais, como vimos, tornou-se disciplina no início do Século XX, sobretudo após os desdobramentos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Suas *fronteiras* como *ciência* passam ser contornadas a partir da crítica *Realista* com E. H. Carr (1981) no final dos anos 1930. Conforme discutimos acima, não se tratou de um trabalho crítico que procurava negar ou excluir o projeto *Idealista* já que este, na verdade, acabou conformado no *Primeiro Debate das Relações Internacionais* como possibilidade outra num mesmíssimo campo de verdades. Nesse contexto de aparente dicotomia³⁴, a *história das relações internacionais* é contada pelos *realistas* de modo a verificar nos acontecimentos da *Paz de Westfalia* (1648) o *nascimento* de um fenômeno que dali teria se desenvolvido. Ao transformar em *história* essas estratégias políticas que se consagraram, o *realismo* terminou por naturalizar os *dispositivos de poder* que emergiram de práticas voltadas para afirmação do absolutismo, transformou-os em dados próprios pela forma-imagem unitária

³⁴ Recordando os *Fourteen Points* (1918) de Woodrow Wilson e como a narrativa *idealista* corroborou com a entrada dos Estados Unidos no jogo da política europeia após a Primeira Guerra Mundial.

do *Estado* e naquilo que entendeu como consequência direta: a *Balança de Poder*. Além disso, tornou como premissas dessa disciplina todos aqueles *saberes* que autorizaram e voltaram-se a reinserir a articulação desses dispositivos pelo *Soberano* e pela *Razão de Estado*.

Referências

- ANGELL, N. A Grande Ilusão. Brasília: Editora UnB-IPRI, 2002.
- ARON, R. Paz e Guerra Entre as Nações. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.
- ARON, R. Dezoito Lições sobre a Sociedade Industrial. Lisboa: Presença, 1981.
- BERRINGER, T. A Burguesia Brasileira e a Política Externa nos Governos FHC e Lula. Curitiba: Appris, 1.ed, 2015.
- BALDWIN, David. Neorealism and Neoliberalism: the contemporary debate. New York: Columbia University Press, 1993.
- BOBBIO, N. Nem com Marx, Nem contra Marx. São Paulo: Unesp, 2006.
- CARR, E. H. Vinte Anos de Crise: 1919-1939. Brasília: Editora UnB-IPRI, 2001.
- COX, R. W. Gramsci, Hegemonia e Relações Internacionais: um ensaio sobre o método. In: GILL, S. (org.). Gramsci, Materialismo Histórico e Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007, p. 101-123.
- COX, R. W. Social Forces, States and World Orders. In: KEOHANE, R. O. Neorealism and its Critics. New York: Columbia University Press, 1986.
- DERRIDA, J. Mal de Arquivo: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- ESPINOSA, A. R. Marxismo e Relações Internacionais. In: NEVES, A. L. V. Teoria das Relações Internacionais: As Questões Mundiais em Debate. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.
- FOUCAULT, M. A Ordem do Discurso. São Paulo, Loyola, 2010.
- FOUCAULT, M. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- FOUCAULT, M. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- FOUCAULT, M. Segurança, Território, População. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- KEOHANE, R. O. COLGAN, Jeff. The Liberal Order is Rigged. Foreign Affairs, May/June 2017.
- KRADER, L. Evolução, Revolução e Estado: Marx e o pensamento etnológico. In: HOBBSBAWM, Eric J. História do Marxismo: O Marxismo no tempo de Marx. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2.ed, 1983.

- KOSELLECK, R. Crítica e Crise: Uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2009.
- KOSELLECK, R. Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro : Contraponto : Ed. PUC-Rio, 2006.
- LENIN, V. I. O Imperialismo: Fase superior do capitalismo. São Paulo: Centauro, 3.ed, 2010.
- LENIN, V. I. O Estado e a Revolução. São Paulo: Centauro, 5.ed, 2011.
- HOBBSBAWM, E. J. A Era das Revoluções: 1789-1848. Lisboa: Presença, 1986.
- MARX, K. Teses sobre Feuerbach. In: ENGELS, F. Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Alemã Clássica. Estugarda: Engels, 1888.
- MARX, K. ENGELS, F. Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARX, K.; ENGELS, Fh. A Ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, K. Sobre a Questão Judaica. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K. 18 de Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011a.
- MARX, K. Guerra Civil na França. São Paulo: Boitempo, 2011b.
- MARX, K; ENGELS, F; LENIN, V. I. La Comuna de París. Madrid: Akal, 2010.
- MÉSZÁROS, I. Marx “filósofo”. In. HOBBSBAWM, Eric J. História do Marxismo: O Marxismo no tempo de Marx. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2.ed, 1983.
- MORGENTHAU, H. A Política entre as Nações. Brasília: UnB, 2003.
- MILIBAND, R. O Estado na Sociedade Capitalista. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- NYE Jr, J. Will the liberal order survive? Foreign Affairs, Jan/Feb 2017.
- NYE, J. Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais. São Paulo: Editora Gente, 2009.
- PASSETTI, E. Ecopolítica. São Paulo: Editora Hedra, 2019.
- POULANTZAS, N. O Estado, O Poder, O Socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 4.ed, 2000.
- RODRIGUES, T. Ecopolítica e segurança: a emergência do dispositivo diplomático-policial. Ecopolítica, 5: jan-abr, 2013.
- SOARES, M. A. Uma Perspectiva Arqueogenealógica e Ética das Relações Internacionais: os Saberes, os Poderes e os Sujeitos que orbitam os domínios de Paz. Brasília, 2016 [dissertação de mestrado].
- WALKER, R. B. J. Inside/Outside: Relações Internacionais como Teoria Política. Rio de Janeiro: Ed. Apicuri, 2013.
- WALLERSTEIN, I. The Essential Wallerstein. New York: The New Press, 2000.
- WALLERSTEIN, I. A Reestruturação Capitalista e o Sistema Mundial. Perspectivas, São Paulo, 20/21, p.249-267, 1997/1998.
- WEFFORT, F. Os Clássicos da política. Vol. 1. São Paulo : Ática, 1995.
- WEFFORT, F. Os Clássicos da política. Vol. 2. São Paulo : Ática, 2006.

WIGHT, M. A Política do Poder. Brasília: IBRI, 2002.